



RETORIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA
COORDENAÇÃO GERAL DE OPERAÇÕES RODOVIÁRIAS
PROCESSO nº 50600.0010886/2015-01

ATA DE REUNIÃO

Ata da sessão de Audiência Pública referente à contratação, por meio de pregão, de empresa especializada ou consórcio de empresas para execução dos serviços de disponibilização, instalação, operação e manutenção de equipamentos eletrônicos para o controle de velocidade nas rodovias federais sob circunscrição do DNIT

Aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e quinze, no Auditório Térreo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, localizado ao SAN, Quadra 3, Bloco A, Edifício Núcleo dos Transportes, em Brasília – DF, às dez horas, foi realizada a presente Audiência Pública, por intermédio do Aviso de Audiência Pública, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, do dia 29/09/2015, página 228. A presente Ata destaca os principais pontos da citada Audiência Pública. A gravação da mesma estará disponível em CD encartada no Processo de Audiência Pública nº 50600.0010886/2015-01. A mesa da Audiência pública foi composta pelo Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias, senhor Alexandre Castro Fernandes, como presidente, e pelo Coordenador de Operações, senhor Leonardo Silva Rodrigues, pelo Coordenador Geral de Cadastro e Licitações, senhor Fabrício de Oliveira Lima, e pelo Coordenador de Licitações e Serviços Administrativos, senhor Geraldo Tadeu Azevedo. A Audiência Pública foi aberta pelo Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias, senhor Alexandre Castro Fernandes, iniciando com agradecimentos aos Diretores do DNIT e a equipe do Ministério dos Transportes, bem como a equipe da Coordenação de Operações, visando a convergência das ações do órgão. Também agradeceu o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União, que contribuíram para a elaboração do novo programa. Iniciando a apresentação de PowerPoint, foi sumarizado pelo presidente todos os pontos a serem tratados na exposição. Foi exposto a todos os presentes as normas norteadoras da Audiência Pública. Passando a apresentação para a parte técnica do novo programa de controle de velocidade. Em estudo apresentado do IPEA, foi demonstrado o crescimento no número de acidentes e da gravidade dos mesmos nas rodovias brasileiras. Em virtude disso, o novo programa faz-se necessário para redução dos valores apresentados, tanto no número de acidentes quanto da gravidade destes, buscando uma diminuição das mortes e feridos em consequência aos acidentes de trânsito. Destacou-se também que os acidentes envolvendo motocicletas e veículos de carga estão equiparados, devendo haver uma ação dos agentes competentes na fiscalização destes veículos. O mesmo estudo ainda apresenta que em 2014, houve redução dos números de acidentes e de mortos e feridos, reduzindo também os custos sociais no atendimento dos envolvidos. Dando continuidade, o Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias apresentou que o DNIT realizará contratação, por meio de pregão, de empresa especializada ou consórcio de empresas para execução dos serviços de disponibilização,

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

SAN – Setor de Autarquias Norte – Quadra 3 – Lote 1
Edifício Núcleo dos Transportes - Fone: (61) 3315-4000
CEP: 70.040-902 – Brasília/DF – www.dnit.gov.br



instalação, operação e manutenção de equipamentos eletrônicos para o controle de velocidade nas rodovias federais sob circunscrição do DNIT. A metodologia para a escolha dos locais de instalação de equipamentos utilizada foi a manutenção daqueles pontos já existentes e a retirada de equipamentos em rodovias concedidas e de equipamentos com resultados insatisfatórios nos estudos de eficiência. Foram avaliados e introduzidos outros locais com grande potencialidade de ocorrência de acidentes, segundo o anuário do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e as necessidades apontadas pelas Superintendências e Unidades Locais. Estima-se que serão licitados aproximadamente 3.500 pontos, totalizando 7.000 faixas monitoradas. A previsão da contratação será de cinco anos, sendo prevista a implantação do empreendimento em aproximadamente 20 lotes, através da modalidade pregão com julgamento das propostas pelo critério de menor preço global, sob o Regime de Execução Empreitada por Preço Unitário. Será permitida a participação de empresas consorciadas e subcontratação de serviços até o montante máximo de 20% do valor, restrito à sinalização rodoviária, obras civis, estudos técnicos e energização dos equipamentos. O acompanhamento da execução dos serviços será feito através de índices específicos de performance, a serem disponibilizados juntamente com o edital. As despesas decorrentes dos serviços a serem contratados correrão a conta do Programa 26.782.0663.2036.0001 – Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal, a cargo do DNIT e no Plano Plurianual de Investimento, constando ainda do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, com estimativa de valor de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais). As funcionalidades dos equipamentos a serem exigidos da empresa vencedora foram apresentados a todos os presentes. Foi apresentado também aos presentes o SIOR – Sistema Integrado de Operações Rodoviárias, através do qual haverá o envio dos dados dos equipamentos, no processamento das infrações, entre demais funcionalidades. Terminando a apresentação de PowerPoint, o Coordenador Geral de Operações Rodoviárias solicitou a entrega aos presentes das fichas de questionamento e deu-se um intervalo de quinze minutos. Findo o intervalo, o presidente da Audiência Pública informou que a apresentação de PowerPoint estará disponível no sítio do DNIT e passaram-se aos questionamentos.

Questionamento 1. De Afonso Vieira Leonel. “O DNIT pretende realizar testes em escala real ou solicitar amostras dos equipamentos a serem licitados? Qual a estimativa de arrecadação com o NOVO PNCV?”. **Resposta:** O DNIT não dispõe de estrutura para a aferição real dos equipamentos tampouco disponibilidade para tal. Ainda, O DNIT não trabalha com estimativa de arrecadação, e sim redução de acidentes.

Questionamento 2. De Cláudio Roberto Soares da Silva. “No objeto, consta a contratação de empresa especializada que inegavelmente presta serviço de natureza especial, portanto, porque a adoção da modalidade pregão se esta, sabiamente é destinada para a contratação de serviço comum? Observa-se que a modalidade concorrência foi implementada anteriormente.” **Resposta:** Segundo o senhor Fabrício de Oliveira Lima, várias licitações vêm sendo realizadas via pregão. Os acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1547/2004 – Primeira Câmara e 2.471/2008 – Plenário terminam que *“a licitação de bens e serviços de tecnologia da informação considerados comuns (que possuam padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos pelo edital, com base em especificações usuais no mercado) deve ser obrigatoriamente realizada pela modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica...”*. Assim, se esclarece que a licitação de bens e serviços que possuam padrão de desempenho claramente definidos no edital, com base nas especificações dos equipamentos no mercado,

DNIT

deverão ser contratados obrigatoriamente na modalidade pregão, preferencialmente eletrônica. Além, com base nas informações da área técnica do DNIT, chegou-se à conclusão que poderia então ser adotada a modalidade pregão. Ainda, a licitação anterior ocorreu por meio de concorrência devido a conveniência da área técnica. **Questionamento 3.** De Emiliano Caramaschi, “Será Pregão Presencial ou Eletrônico? Equipamentos com tecnologia intrusiva (laços) ou não intrusivas (evasivas)? Equipamentos devem ser novos?”. **Resposta:** Ainda será definido se será pregão eletrônico ou presencial. Foi determinado as especificações requeridas dos equipamentos e, atendendo as funcionalidades exigidas no edital, independente da tecnologia ser intrusiva ou não intrusiva. Destaca-se que haverá a contratação de serviço, e não a aquisição de um bem, ou seja, atendendo a demanda exigida, não há de se exigir a utilização de equipamentos novos ou usados.

Questionamento 4. De Sérgio Pereira da Silva. “Quais serão as exigências de comprovação de capacitação técnica operacional e profissional? Os aproveitamentos percentuais apresentados serão para todos os veículos ou dependendo do local o aproveitamento poderá ser conforme a classificação do veículo. Em locais onde o fluxo de motos e caminhões seja grande, sabe-se que o índice de perda é alto.” **Resposta:** De acordo com o senhor Leonardo Silva Rodrigues, as especificações para a comprovação de capacidade técnica, operacional e profissional estarão definidas no termo de referência. Antecipa-se que serão cobradas a comprovação da capacidade técnica e operacional da empresa dentro dos limites estabelecidos em lei e da parcela de maior relevância.

Questionamento 5. De Alex Scheneider Vitalis. “O que entendesse por “imagens válidas” nos índices de desempenho, sabendo-se das diversas ocorrências de imagens inválidas que não são pertinentes aos equipamentos. Os prazos de execução dos serviços estão definidos a partir das notas de instalação de cada equipamento?” **Resposta:** Com relação ao aproveitamento dos índices de desempenho dos equipamentos apresentados pelo senhor Alexandre Castro Fernandes, tem que ficar bem claro que objetiva-se o aproveitamento das imagens válidas, excetuando-se aquelas condicionantes que estejam fora do controle das empresas operadoras. Em locais com alta incidência de motocicletas e veículos de carga, deverá ser realizado um estudo técnico para definição das necessidades do equipamento, se deverá a captação das imagens ser frontal ou traseira.

Questionamento 6. De Rita de Cássia Antunes Gomes Mascarenhas. “Considerando-se os índices de desempenho relacionados a imagens válidas e identificação de placas, quais as consequências previstas para os casos de não atendimento?” **Resposta:** O pagamento será baseado no índice de desempenho. A reincidência de baixos índices ocasionará sanções contratuais. Todos os termos estarão definidos no edital.

Questionamento 7. De Demétrio Dutra, representante da Empresa Eliseu Kopp. “Item 2.2.1.17, como será a captura? Para efeito de penalidade ou contagem de fluxo? 2.9.1.7 Imagens câmeras de registro de imagens para monitoramento estático? Como entende? Para os equipamentos, somente das imagens que geram infrações?”. **Resposta:** O Senhor Leonardo Silva Rodrigues solicitou ao senhor Demétrio que esclarecesse melhor seu questionamento, sendo que esse informou tratar-se da câmera citada no item 2.4.1.1.5 das diretrizes encaminhas para cotação. O senhor Leonardo informou que não estava de posse do documento e informou que caso tratasse da câmera panorâmica para monitoramento do trânsito esse não constaria do objeto da contratação.

Questionamento 8. De Thiago Pereira B. Martins. “Haverá testes em escala real dos equipamentos? Se sim, quais serão os equipamentos e qual o prazo de instalação e prazo dos testes?” **Resposta:** Não haverá testes em escala real dos

DNIT

equipamentos. **Questionamento 9.** De Christian Davis. “Está correto nosso entendimento de que a bem do princípio da isonomia, os equipamentos fornecidos deverão ser novos e

sem uso? Para qualificação técnica, será exigido responsável técnico distinto para cada lote? Qual deve ser a qualificação técnica do profissional? Será exigida comprovação de tempo mínimo de experiência? Se sim através de atestado? Ou currículo?” **Resposta:** Volta-se a informar que haverá a contratação de um serviço, e não aquisição de bem. Quanto qualificação técnica, tais informações constarão no Termo de Referência. **Questionamento 10.** De Philippe Barbosa Silva. “A licitação na modalidade pregão é aplicável para serviços ou obras com características bem definidas, diante,

disto, considerando que o empreendimento demandará projetos e escolhas por parte da contratada (estudos técnicos) e por conseguinte, passível de disponibilização de equipamentos com distintas características, não é mais adequada outra forma de licitação?” **Resposta:** Sobre a modalidade de licitação, já foi respondido pelo Coordenador Geral de Licitações. **Questionamento 11.** De Luciano Amorim Formaggine. “Haverá limitação do número de empresas consorciadas? Se sim, qual o limite? Haverá teste em escala real nos equipamentos das empresas arrematantes? Será exigida uma equipe técnica distinta para cada lote? Qual será a composição mínima da equipe?

Está correto nosso entendimento que será admitida a ampla compatibilidade entre os equipamentos de fiscalização automática de tráfego para efeito de atendimento de quantitativos a serem exigir em atestado?” **Resposta:** Com relação a limitação será previsto na publicação do edital, e não haverá testes em escala real, com relação a equipe técnica e o entendimento está correto. **Questionamento 12.** De Lucas Amorim Formaggine. “A contratada deve prever mão de obra para processamento das imagens (triagem em válidas e inválidas) dentro do SIOR ou isso ficará a cargo do contratante?” **Resposta:** A responsabilidade do pré-processamento das imagens é da operadora.


Questionamento 13. De Sérgio Pereira da Silva. “Como serão definidos os pontos on-line e off-line? A estrutura para transmissão dos dados on-line será por qual meio? Será responsabilidade da contratada tal estrutura?” **Resposta:** este questionamento será respondido posteriormente no prazo legal. **Questionamento 14.** De Neivo Moras Junior. “Em consórcio, podem ser ofertados dois modelos de equipamento distintos? A modalidade de licitação será pregão eletrônico ou presencial? Serão exigidos equipamentos novos e sem utilização anterior? De quem será a responsabilidade pelo pré-processamento?” **Resposta:** Podem ser ofertados modelos distintos, ou equipamentos usados, desde que atendam as finalidades, com relação ao pregão eletrônico e presencial ainda não foi definida pelo DNIT, e será de responsabilidade da operadora o pré-processamento. **Questionamento 15.** De Michelle Andrade. “Em função dos dados de acidentes com motos, questiona-se se os equipamentos de fiscalização serão alterados a fim de efetivamente mediar a velocidade desses veículos. Os estudos para definir os pontos de fiscalização bem como o tipo de equipamentos requerido, serão responsabilidade do DNIT? Vale ressaltar que diferentes tipos de equipamentos têm função diferentes na operação da rodovia.” **Resposta:** *Resposta posterior devido consulta a equipe técnica.* **Questionamento 16.** De Lara de Almeida Mendonça. “Para realização das instalações é necessárias as Notas de Instalação, estas são procedidas pelo Estudo Técnico. Para apuração dos Estudos Técnicos é necessária aprovação nas Unidades locais, Superintendência e CGPERT. Nesse novo NCV será utilizado a mesma metodologia? No caso positivo, quais medidas o DNIT irá adotar para que os tramites internos do órgão não atrase as

Notas de Instalação, e consequentemente o atendimento do cronograma de implantação?”

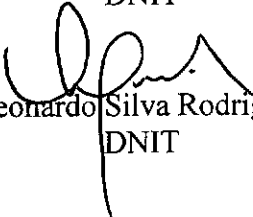


Resposta: *Resposta posterior devido consulta a equipe técnica.* **Questionamento 17.** De Lucas Pinto Nogueira de Almeida. “Será disponibilizado acesso do SIOR para que as empresas procedam com o pré-processamento (fase 1)? Como será realizada a fase 2 do processamento dos autos?”

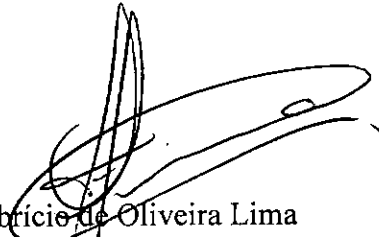
Resposta: Sobre o acesso ao SIOR pela operadora, constarão tais informações da publicação do edital. As Empresas e os Senhores: Velsis, Sinaliação de Trânsito Ind. Ltda – SITRAN, Faixas Sinalização Viária LTDA, Engebras S/A, INDRA, SPLICE, Data Traffic S/A, Egis-Lenc, Fiscal Tecnologia e Automação LTDA, ARCCOM ConStrução e Administração de Serviços LTDA, Trigonal Engenharia LTDA, Dataprom Tecnologia – Consórcio DS, Perkons S.A, SEE Engenharia, Constr. Laços Detetores e Eletrônica LTDA – CLD, LT Comercial LTDA, Brascontrol Indústria e Comércio LTDA, Trana Tecnologia da Informação e Construções LTDA, Gocille Engenharia Viária LTDA, Labor Construtora LTDA, Talentech Tecnologia LTDA, Ministério da Fazenda, Panavideo Tecnologia Eletronica LTDA, Senhor DeyversonRafael C. Jorge, Senhor Philippe Barbosa Silva. Manifestaram por escrito o interesse em encaminhamento de questionamento no prazo de 3 (três) dias úteis. Nada mais havendo a tratar, às doze horas, o Coordenador-Geral de Operações Rodoviárias declarou encerrada a presente sessão.



Alexandre Castro Fernandes
DNIT



Leonardo Silva Rodrigues
DNIT



Fabrício de Oliveira Lima
DNIT



Geraldo Tadeu Azevedo
DNIT